Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 88, nº 1-9, janeiro-setembro/1970, pp. 81-96

A HERANÇA PORTUGUESA NA CULTURA BRASILEIRA (*)

GLADSTONE CHAVES DE MELO

Esta palestra, se não foi encomendada, foi sugerida por um ilustre companheiro nosso. Tendo eu aqui versado dois assuntos correlatos, «A crise da cultura brasileira» (*Carta Mensal*, Agosto de 1969, pgs. 23-32) e «Remanescentes indígenas e africanos na cultura brasileira» (*Ibid.*), propôs-me Artur César Ferreira Reis «completar o ciclo» tratando da influência portuguesa na resultante cultural brasileira.

Já disse, e repito-o agora: os portugueses deram à nossa cultura a *forma*, que assimilou e unificou a *matéria* trazida por eles mesmos, ou aproveitada dos elementos exóticos. O produto final, *autónomo* e perfeitamente definível, integra-nos, em variante ibérica e mediterrânea, na grande civilização ocidental.

Quando falo em *matéria* e *forma*, uso linguagem do Estagirita, transportando, para a caracterização das ciências ou a análise de disciplinas, o hilemorfismo da Cosmologia aristotélica: *forma*, princípio que determina o ser; *matéria*, aquilo de que é feita a coisa.

Noutros termos, direi que a colonização portuguesa deu o tom, os padrões, o *estilo* da cultura brasileira, que ficou, assim, marcada com vários traços comuns fundamentais, embora, é claro, se tenha matizado de colorido próprio, nascido da ocupação da terra, da adaptação ao meio, dos influxos desse meio, da assimilação dos materiais carreados pelas heranças indígenas e africanas, além do crescimento próprio e a tomada-de-consciência, rica e fecunda.

Brasil e Portugal constituem, pois, aquilo que os etnólogos chamam *área cultural*, assim definida e explicitada por Emílio Willems: «região em que predo-

(*) Conferência proferida pelo Prof. Glasdtone Chaves de Melo na reunião plenária do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — Estado do Pará.

minam determinados padrões culturais, relativamente homogéneos, que a tipificam em face de outras áreas. Em cada área há um centro cultural em que os seus padrões característicos tiveram origem e por isso nele se conservaram na sua forma mais genuína e original, e, igualmente, daí se difundiram ou se difundem para outras regiões.» (1)

Tempo houve (e hoje existe quem queira ressuscitá-lo, paradoxalmente em nome do «progresso» e do «avanço histórico»), tempo houve, faz um século, em que se considerava supra-sumo da brasilidade o índio. Era comum empavonar-se um sujeito dizendo-se mais brasileiro do que os outros porque sua avó ou bisavó era índia. Ora esta e semelhantes afirmações devem ser computadas ao alto somatório da estultície humana. É um puro e autêntico vanilóquio.

Na verdade, isto que veio a ser «Brasil» é uma realidade histórico-cultural, que não se deve confundir com a geografia. O terreno, a imensa área tropical foi suporte físico de um processo humano e espiritual, condição mais ou menos favorável para a construção do mais rico e promissor componente daquele «mundo que o português criou», de que fala Gilberto Freire, seu mais abalizado estudioso e analista.

Firmadas estas noções, que nenhum espírito sensato contesta, descabido não seria lembrar as linhas fundamentais da formação histórica portuguesa, não só para sentir melhor a verdade de Mendes Correia, que chama de luso-cristã a cultura portuguesa; *lusa*, pelo elemento étnico que aglutinou as populações; *cristã*, pelo elemento espiritual básico que a unificou e lhe deu força de propulsão (2), mas também para fazer uma ideia mais viva e mais concreta de quanto palpita ou poderá palpitar num coração de brasileiro.

SITUAÇÃO E DESTINO DE PORTUGAL

Portugal acha-se no extremo ocidental da Europa, constituindo a faixa oeste da Hispânia. Deste facto já resulta um primeiro destino. Porque «a situação geográfica da Península Ibérica, como ponte entre a Europa e o Norte da África, fez que a Espanha tivesse sido repetidas vezes o ponto de contacto de duas civilizações fundamentalmente distintas, entremescladas nesse beco-sem-saída da Europa. Aqui se encontraram povos pré-históricos africanos, do sul, e os celtas, do norte, aqui coincidiram fenícios e gregos, Cartago e Roma, árabes e visigodos, o Islã e o Cristianismo», como bem salienta Kurt Baldinger. (3)

---

(1) *Dicionário de Sociologia*, Editôra Glôbo, Pôrto Alegre, [1950], s. v., P. 6.

(2) Cfr. *Raça e Nacionalidade*, Renascença Portuguêsa, Pôrto, s/d.

(3) *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, trad. esp. de Emilio Lledo e Montserrat Macau, Edit. Gredos, Madrid, 1963, p. 11.

O português é mistura de todas essas raças e etnias históricas e pré-históricas, acrescentadas de negros e judeus, afluxo mais recente, compulsório um, voluntário outro.

O primeiro elemento unificador foi a romanização, ocorrida antes da era cristã, e em termos que já prenunciavam claramente a futura e teimosa resistência portuguesa ante o federalismo espanhol, absorvente e imperial.

A Hispânia, ou seja, toda a península aquém-pirenaica, tornou-se província romana em resultado das guerras púnicas, três vezes desencadeada pela rivalidade entre as rainhas do Mediterrâneo, — Cartago e Roma. Em 197 A.C. a Península foi inteiramente incorporada à expansiva Roma. Logo os dominadores, com fundamento não apenas geográfico, a dividiram em *Hispania Citerior e Hispania Ulterior*, divisão que mais tarde se especificou em Tarraconense, Cartaginense e Galécia (Citerior), Bética e Lusitânia.

É de notar, entre parêntesis, que o latim da periferia veio a ser mais conservador que o do centro, donde se infere a existência de uma dialetação intrapeninsular, que já pode ser a primeira explicação para a discrepância luso-castelhana.

Obscura e nebulosa é a pré-história e a história pré-romana da Península. Com os dados arqueológicos, etnológicos e linguísticos de que se dispõe tem-se chegado à conclusão de que desde o paleolítico dois povos tinham morada na região: o *mediterrâneo*, ligado à cultura capsense do norte da África, e o *cantabro-pirenaico*, mais antigo no solo hispânico.

Destes dois tomariam descendência respectivamente os *iberos* e os *bascos*, ao lado de outros povos remotos. Aos primeiros já se pretendeu ligar, sem que disso fosse possível fazer prova, a civilização tartéssia ou *turdetana*, que floresceu no sul do Portugal de hoje e na baixa Andaluzia.

Os turdetanos aparecem na história referidos por Heródoto e talvez pela Bíblia, que, fala das naus que Salomão enviava a *Társis*, donde regressavam pejadas de ouro, prata e marfim (Cfr. *II Paralip.*, IX, 21). [1] As riquezas de Tartessos excitaram a cobiça dos navegantes gregos e fenícios, que aí estabeleceram colónias. Por volta de 1100 A.C. estes fundaram Gadir (Gades, para os romanos, Qadis, para os árabes), Cádis actual. As feitorias gregas do sul foram abandonadas ante a invasão semita. Muito depois houve nova incursão fenícia, agora partida de Cartago, incursão e dominação mais funda e mais extensa, tendo sido Cartagena a capital da colónia púnica. Entrementes os gregos se firmaram em alguns pontos da faixa leste, do que é memória a moderna cidade de Alicante.

O centro e o noroeste, Leão, Astúrias, Galiza e norte de Portugal teriam

---

[1] Alguns comentadores preferem identificar essa Tarsis como uma cidade da Ásia Menor (V. *Pirot-Clamer*, *La Saint Bible*, IV, Paris, 1949 — *Les Paralipomènes*, traduits et commentes par *L. Marchal* — pág. 155).

sido invadidos por outras gentes, entre os quais os *ambro-ilírios*, lígures talvez, segundo uma velha hipótese hoje retomada com mais segurança.

Pelo século oitavo antes de nossa era, vindos do sul da Alemanha e imediatamente das Gálias, os celtas, exímios fundidores e ferreiros, peritos na arte militar, transpuseram os Pirinéus e espraiaram-se pelo território ibérico, estabelecendo-se na Galiza, no sul de Portugal, nas terras altas do Centro e na Serra Morena. Parece que houve segunda invasão céltica no século terceiro. Como quer que seja, este povo árico de língua-europeia se misturou à população preexistente, e da miscegenação resultaram as gentes a que os antigos chamavam *celtiberos*. Parece não ter sido tranquila a dominação céltica, já que frequentemente viviam em castros os novos invasores e já que muitos topónimos dessa origem contêm o elemento *-briga*, «fortaleza», ou seu sinónimo *-dunum*, ou *sego*, *segi*, «vitória»: *Conimbriga*, *Segovia*, *Navardun*.

Quando, pois, os romanos tomaram pé na Hispânia, encontram um conglomerado de povos, que eles dominaram, a princípio militarmente e depois culturalmente. A partir de Augusto deu-se a *romanização* da Península, que foi larga e profunda, depois de quebrada a tenaz resistência lusitana, chefiada por Viriato.

No século V despejaram-se sobre a Península as hordas bárbaras, que desde muito rondavam o Império e ùltimamente tinham transposto as fronteiras pacìficamente, recebendo terras para cultivar. Vieram os *alanos*, exterminados em pouco tempo; os *vândalos*, que atravessaram, fizeram parada na Bética (daí por diante Vandaluzia, Andaluzia), e passaram com seu *vandalismo* à África em 429, onde fundaram um reino de alguma importância; os *suevos* e os *visigodos*.

Os visigodos foram os últimos que golfaram na Península, já em princípios do século VI, batidos que tinham sido pelos francos, destruidores do seu reino tolosano. Eles eram mais civilizados que os outros bárbaros, tanto é assim que por quase dois séculos e meio vinham tendo contacto com os romanos. Nas Espanhas tiveram longo pouso, submetendo todo o território e fundando um duradoiro reino, com Toledo por capital.

Os Arianos a princípio esquivaram-se de conviver com a população romanizada. Mas ao cabo de algum tempo, seguindo a Recaredo (589 A.D.), converteram-se ao catolicismo, irmanaram-se com os vencidos e acabaram por aceitar deles a cultura e a fala românica.

Nos primeiros anos do século VIII, os árabes — que já se tinham estendido sobre o norte de África com ímpeto imperialista — comandados por Tárique e Musa, transpuseram as colunas de Hércules (depois *gebel Tarik*, «montanha de Tárique», «Gibraltar») e lançaram-se sobre o reino visigótico. Em 711, na batalha de Xeres, travada às margens do Críssus (depois Guadalete), tombou vencido o derradeiro chefe godo, Ruderico (Rodrigo). Em três anos os invasores tinham submetido o solo hispânico.

Quase oito séculos durou a dominação sarracena em Espanha, que só foi de todo varrida em 1492, quando Fernando e Isabel recuperaram Granada, último bastião da resistência moura. (5)

Não foi nem podia ser rectilínea ou tranquila a dominação dos árabes. A convivência foi ora hostil, ora difícil, ora amistosa, com guerras sempre, seja partida dos patriotas inconformados e pugnazes, seja desencadeada pelos bárbaros, que acompanharam os muçulmanos no assalto às Espanhas, seja trazida pelos terríveis invasores almorávidas (séc. XI) e almóadas (séc. XII).

Houve, porém, um grupo que nunca se rendeu e, acantonados nas montanhas das Astúrias, ali iniciaram sob o comando do nobre Pelágio o movimento da *Reconquista*. Era uma cruzada, guerra santa, com preparo psicológico e militar semelhante ao das cruzadas do Oriente, como estas abençoadas e beneficiadas pelos papas. Assim se formaram os primeiros reinos, assim se formou o reino de Leão, o de Castela, o de Aragão. E assim conheceu seu termo um dia o longo senhorio sarraceno na Península.

Às cruzadas contra os mouros vinham juntar o seu esforço cavaleiros estrangeiros, um dos quais D. Henrique, conde de Borgonha, que tão bem se houve na empresa, tão dedicado se mostrou, que recebeu do rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, a mão de sua filha bastarda D. Teresa, e um feudo, o Condado Portucalense. Este condado estendia-se entre o Minho e o Tejo, e D. Henrique devia administrá-lo sob a tutela de D. Raimundo, seu primo, senhor da Galiza e casado com D. Urraca, filha legítima de Afonso VI. Dois anos depois, D. Henrique liberta-se da tutela e passa a obedecer directamente ao rei de Leão. Por morte dele, assume o governo do Condado D. Teresa, que se conduziu com habilidade, alargou os seus domínios, mas acabou criando um partido de descontentes, por causa dos amores com o Conde de Trava, da Galiza. Seu filho, D. Afonso Henriques, ficou do lado dos descontentes e tomou as rédeas do governo depois de vencidos o Conde de Trava e D. Teresa no campo de S. Mamede (1128). Em 1139 bateu os infiéis em Ourique e fez-se proclamar rei de Portugal. Na convenção de Zamora, em 1143, Afonso VII, rei de Leão, reconhece-lhe a realeza, que foi ratificada solenemente em 1179 pelo papa Alexandre III.

Está Portugal independente. D. Afonso Henriques e os seus sucessores prosseguem na luta contra os mouros, até que em 1250 D. Afonso III conclui a conquista do Algarve, fixando assim os limites do Portugal de hoje.

No século XV, caldeados já os elementos das diversas etnias, a maçã estava madura para, atendendo ao velho convite do mar, entregar-se à mais extraordinária aventura que a História regista: a expansão ultramarina, que deu novos

(5) Dissemos que durou quase oito séculos a *dominação* dos árabes na Espanha. A sua *presença*, no entanto, foi mais longa, beirou os nove séculos, estendeu-se até 1609, quando um decreto de Filipe III expulsou do país mais de um milhão de mouros.

mundos ao mundo. E fê-lo escudado num humanismo de base e origem indiscutìvelmente cristã. [6]

Se considerarmos que à época dos descobrimentos Portugal tinha pouco mais de um milhão de habitantes e que, apesar disso, no alvorecer do século XVII já tinha tocado a Groenlândia e atravessado o Estreito de Magalhães, perlustrado a Costa Pacífica da América, posto o pé no Japão e na China, ocupando ilhas atlânticas e do Índico, feito incursões no oeste e no leste da África, conquistado o Peru, tomado assentos na Índia, na actual Malásia e na Indonésia, fica-se em situação de não poder explicar racionalmente o feito. Realmente, como pôde aquele povo construir um Império sem ocaso?

Os marxistas, que explicam *todos* os factos históricos com o mesmo esquema — luta pela propriedade da terra e dos meios de produção e exploração económica do homem pelo homem —, aplicam ao caso português o chavão monocórdico. Portugal tornou-se o senhor do mundo, porque no século XV a burguesia metropolitana estava em má situação e precisava melhorar o orçamento...

Os poetas, no entanto, que vêem as coisas com mais aguda vista, riem dessa estreiteza e apelam para causas proporcionais ao efeito. Camões, na dedicatória ao rei, assim se expressa:

«E vós, ó bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena cristandade:
Vós, novo temor da maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Pera do mundo a Deus dar parte grande:»

(Lus., I, 6)

Quer dizer: Deus deu ao mundo o rei de Portugal, a fim de que ele, dominando o orbe, dê à fé cristã grande parte da terra, para aumentar a área do cristianismo católico, reduzida com a recente heresia protestante.

Mas o Poeta não esquece que, ao lado do ideal missionário, houve ambição política, desejo de riqueza, amor próprio, vaidade, busca de glória pessoal. Basta ler o esplêndido episódio do Velho do Restelo, o mais eloquente e caloroso de *Os Lusíadas* (IV, 94-104).

Homem inteligente, perspicaz, isento de preconceitos deformadores e falsamente simplificadores, sabe que um facto histórico é complexíssimo e participa

(6) V. a bela síntese de Antônio Alberto de Andrade, *Muitas Raças, uma só Nação* (Esbôço da *Teoria do Humanismo Português)*, nova ed., remodelada, Lisboa, 1968.

de tudo do homem, grandeza e miséria. Mas sabe que só a pequenez e a ambição não poderiam jamais explicar o «aumento da pequena cristandade».

Dir-se-á: Camões era católico e acreditou no engôdo da vocação missionária de Portugal, com que a burguesia disfarçou sua rapina. Mas outro grande poeta, agnóstico, cético, pessimista, desse que se convencionou chamar «livre-pensador», Fernando Pessoa, diz na *Mensagem*, entre outros primores, isto, referente a D. Sebastião:

«Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a Sorte a não dá.
Não soube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há
Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura, que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?»

E sobre «O Infante»:

«Deus quere, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fôsse tôda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te e fôste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!» (7)

A obra foi feita com miséria e com grandeza, como tudo que é do homem, mas principalmente com grandeza, porque só esta constrói e fica. E o que ficou

(7) Fernando Pessoa, *Obra Poética*, Rio, Aguilar, 1960, ps. 12-13 e 15.

aí está: é «o mundo que o português criou», de que somos concidadãos, mundo feito de transportes e de intercâmbios culturais, feito de adaptação aos trópicos, feito de doação e aceitação, de mescla de etnias, de cruzamentos raciais, de incorporação e permuta de elementos europeus, americanos, africanos e asiáticos.

POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

Como se sabe, no primeiro momento Portugal desinteressou-se do Brasil, fascinado que estava com a Índia. Mas D. João III iniciou de modo sistemático o processo de colonização. Aplicou, desenvolveu e aperfeiçoou aqui o que já vinha dando bom resultado em outras partes e já ia constituindo o estilo do trato com as novas terras e novas gentes.

Não falta quem diga ser mal do Brasil a origem portuguesa, acrescentando que mais bem aquinhoados estaríamos se, por exemplo, tivesse logrado vencer a incursão holandesa. Seríamos mais ricos, mais desenvolvidos, mais adiantados. Seríamos talvez como os Estados Unidos, ex-colónia do povo germânico.

Recuso a tese. Contesto-a, em nome da História, em nome da espiritualidade, em nome do humanismo. Claro que não argumento como aquele meu ex-colega da Câmara de Vereadores, que se afligia com a hipótese, porque, no caso, ninguém entenderia ninguém, dada a notória dificuldade da língua holandesa...

Prefiro a colonização portuguesa, porque a considero indiscutìvelmente melhor, do ponto-de-vista humanista e cristão. Portugal não fez exploração predatória, não se tornou riquíssimo à custa das colónias. Funcionou aquele traço lírico, sonhador, do lusíada. E funcionou uma virtude, assinalada e bem analisada por Jorge Dias.

Todos os povos e nações padecem, mais ou menos, de etnocentrismo, ou seja, a atitude de quem se acha melhor do que os outros, superior aos estranhos, de quem julga hábitos, valores e costumes alheios por comparação aos próprios, considerando o *diferente* pior, e o muito diferente desprezível ou detestável. Daí a tendência à supremacia, daí o racismo (que existe também, por exemplo, nos pretos em relação aos brancos), daí os conflitos, superficiais ou profundos e explosivos.

Pois bem: entende Jorge Dias que o bom resultado histórico da colonização portuguesa tem causa principalmente num tipo peculiar de etnocentrismo, que, aliás, acrescento eu, se passou aos brasileiros. Diz o famoso etnólogo:

«Eu creio que o grande êxito das relações que os Portugueses estabeleceram com populações de todos os continentes, algumas das quais ainda perduram com o mesmo equilíbrio e vigor e outras deram lugar a sociedades novas e completamente originais na história da humanidade, como o Brasil, é a conse-

quência de uma forma de etnocentrismo *sui generis*. De facto, o Português não tem necessidade de se afirmar negando, antes, pelo contrário, movido por um ideal de fraternidade, afirma-se amando.

«...O Português, ao contrário de tantos povos, gosta dos estrangeiros, preocupa-se com a sua opinião, tem prazer em falar outras línguas e é capaz de se desfazer tanto em amabilidade que chega, por vezes, a dar a impressão de ter um complexo de inferioridade perante os estranhos. É evidente que esta atitude é a prova mais cabal da falta de um etnocentrismo vigoroso.» (8)

No Brasil, pois, aplicou-se esse sistema de colonização, que foi, na realidade, transculturação, com assimilação do exótico, enriquecimento intrínseco e, por fim, surto de uma nação nova, não disforme, mas conforme.

A partir de 1532 iniciou-se o processo. Estabeleceu-se a administração, e foram mandados os missionários, «para do mundo a Deus dar parte grande». O marxista diz que o padre veio como instrumento do imperialismo então português, para aplainar os caminhos da dominação e exploração económica. O homem de pensamento livre, não alienado, que olha para a realidade, esse sabe que o ideal missionário foi inseparável da conquista portuguesa, foi o que lhe deu força sobre-humana, foi o que ficou. Fazer do Padre Anchieta, por exemplo, ou de António Vieira, acérrimo defensor de nossos índios, agentes do imperialismo e das classes exploradoras é supor que todo o mundo é néscio.

O primeiro superior da Missão Jesuítica, o grande Manuel da Nóbrega, ao chegar aqui (1549), teve uma frase profética: «Esta terra é nossa empresa». E realmente o foi. Até 1759, quando os expulsou o Marquês de Pombal, dedicaram-se os inacianos, de corpo e alma, à obra da catequese e da civilização. Mais tarde vieram outros padres, franciscanos, carmelitas, beneditinos, que se associaram à ingente e gloriosa tarefa de fazer desta terra um país cristão.

Vieram colonos, vieram degredados, vieram fidalgos, e principalmente vieram os «miúdos», a gente sem nome e sem história, o artesão, o lavrador, o pequeno comerciante, homens de diversas profissões e misteres, que se tornaram, por fim, ao lado do missionário, o mais importante agente da transculturação. Só no século XVIII, descobertas as riquezas minerais, terão chegado ao Brasil 800 000 portugueses.

Frequentemente estuda-se mal a formação brasileira. Confunde-se história da civilização com história política e militar. Dá-se ênfase aos actos da Coroa, aos decretos reais, às medidas administrativas, às proibições legais, à atitude oficial e governamental de supostamente tirar o máximo da Colónia, e deixa-se de lado esse longo, minucioso, discreto e apagado processo de transculturação.

---

(8) Jorge Dias, *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, 1961, ps. 147-148.

levado a cabo em toda a parte, dia por dia, pelo pequeno emigrante, pelo homem desconhecido, que ia ensinando como se planta e se colhe, como se constroem casas e igrejas, como se calçam ruas, como se fazem móveis, como se cozinha, como se cose, como se borda, como se pesca, como se trabalha o couro, a prata e o ouro, como se extrai o sal do mar, como se salga a carne e o peixe, como se varam ínvios sertões, como e onde se edificam cidades.

Esse «miúdo» veio cá para ficar, trouxe suas técnicas, suas crenças, sua filosofia de vida, ensinou e aprendeu, sem deixar de ser o que era e de pautar-se pelos antigos valores, adaptou-se à terra em tudo que convinha, fez dela a sua pátria, deixou descendência e aqui foi sepultado.

Permita-se-me repetir uma página cintilante de Gilberto Freire, admirável síntese, já por mim aqui utilizada: «O cristão português no Brasil, ao contrário (do cristão puritano da Nova Inglaterra), não tardou em fazer da mandioca dos índios o seu segundo pão — às vezes o único; da mulher índia ou africana — sua mulher, às vezes sua esposa; da mãe d'água um alongamento de sua moura encantada, às vezes uma deformação da sua Nossa Senhora dos Navegantes; do suco do caju, seu dentífrico; do tatu, seu segundo porco; da tartaruga, matéria de uma série de experiências gastronómicas dentro das tradições da cozinha portuguesa; da folha de caraobuçu queimada e reduzida a pó como de carvão, remédio para secar as boubas — mal de que o português do século XVI parece ter sofrido tanto ou quase tanto quanto o indígena; do leite de coco, um substituto do leite de vaca; do vinho de caju, um substituto do vinho do Porto — embora substituto ainda hoje muito distante do original.

«Aventura de dissolução e rotina de conservação. Confraternização com o exótico e ao mesmo tempo perpetuação do tradicional. Franciscanismo. Naturalismo. Lirismo. Universalismo combinado com regionalismo — combinação que se apresenta, cada vez mais, como a solução dos problemas de ajustamento dos homens entre si e de todos os recursos regionais da natureza: recursos vegetais, animais, minerais.

«A mandioca e o milho, o caju e o jenipapo, o maracujá e o araçá, foram adaptados pelos portugueses, no Brasil, a velhas receitas portuguesas, orientais e africanas de preparar pão, bolo, licor e vinho; o caju feito doce à maneira dos antigos doces reinéis de figo; a mulher índia ou negra arrancada aos poucos do trabalho mais duro no campo para o serviço principalmente doméstico, conforme os estilos tradicionais da Europa cristã; os filhos mestiços — mulatos ou caboclos — em colégios de padres, juntos com os brancos, com os filhos de casais europeus, com os órfãos vindos de Lisboa». (9)

---

(9) *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira*, 2.ª ed., CEB, Rio, 1942, ps. 34-36.

ELEMENTOS PRIMORDIAIS DA HERANÇA PORTUGUESA

Seria realmente impossível enumerar tudo o que, na cultura brasileira, representa incorporação e assimilação de elementos lusitanos.

Queremos, no entanto, assinalar aqui três continuações, que constituem bens valiosíssimos, de natureza espiritual, estabelecidos e frutificados desde os primeiros tempos. Refiro-me ao cristianismo católico, à língua românica e à predisposição ao multirracialismo.

1. «Esta terra é nossa empresa», disse-o Nóbrega. E ela foi evangelizada. O catolicismo deitou aqui raízes e conformou o modo de pensar e de sentir da gente brasileira.

Não se trata, é claro, daquilo que se poderia chamar de «catolicismo dogmático», porque esse decorre sempre da atitude de cada um. Quero dizer: a fé explícita e íntegra, a vida moral tendencialmente irrepreensível, a prática dos sacramentos, a aceitação da disciplina da Igreja, a formação de uma mentalidade em tudo consoante com a doutrina ortodoxa. Trata-se, isso sim, do fenómeno cultural. Diria que está em jogo um catolicismo afectivo e não, necessàriamente, um catolicismo efectivo.

Ninguém ignora que os 93,7 % da população, que se declaram católicos no censo, não correspondem, nem de longe, ao número dos que ao menos vão à missa aos domingos. São católicos por tradição, por certas práticas, por sentimento, católicos «brasileiros», como se tem dito jocosamente. Mas são homens e mulheres que se casam na igreja, que baptizam os filhos, recebem alguma catequese, guardam a Sexta-Feira Santa, invocam Nossa Senhora e Santo António, fazem-lhes promessas, acompanham procissões, respeitam o padre, mandam celebrar missas de sétimo dia e a elas comparecem.

Insisto nesse catolicismo *cultural*, que inspirou uma atitude diante da vida, que adoçou os costumes, que clara ou confusamente aceita a sobrevida, que se refrange na vida social e política.

Prova torrencial desse catolicismo, se de provas necessitássemos, constituem os milhares e milhares de nomes de santos a servir de topónimo a cidades, vilas e povoados, a rios, serras, ilhas, cabos e demais acidentes geográficos. Agora e no passado. No passado mais do que agora, tanto é verdade que a braquiologia apagou o carimbo religioso de cidades como Campos, Ouro Prêto, Belém ou Rio de Janeiro, outrora chamados São Salvador dos Campos dos Goitacás, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Prêto, Pôrto de Santa Maria de Belém do Grão Pará, São Sebastião do Rio de Janeiro.

2. Pela colonização, para cá trouxeram os portugueses sua língua românica. Já estava ela unificada e já tinha tradição literária, quando aqui aportaram os descobridores. Logo depois, ia aparecer Camões, o definitivo plasmador da língua culta.

Os primeiros colonos falariam um português de aspecto arcaico, mais ou menos o que se documenta nas obras de Fernão Lopes, porque ao povo ainda não podia ter chegado o sopro renovador do Renascimento.

Posta em contacto com o tupi e com as línguas africanas, a língua românica se alterou, talvez muito a princípio, mas depois reagiu e adquiriu uma unidade maior do que a que apresenta no continente europeu. Da convivência com os aloglotas resultou para a língua românica no Brasil um sensível enriquecimento de vocabulário e, na feição popular, a simplificação do sistema morfológico. Nossa pronúncia é mais próxima da antiga, da camoniana, do que a actual pronúncia de Portugal. Fomos mais conservadores, nisto como na manutenção de vários arcaismos, de forma e de sentido, ou na preservação do gerúndio progressivo (*estou fazendo, está trabalhando*).

Mas o que chama a atenção, no fenómeno linguístico brasileiro, é a extraordinária unidade relativa. Espalhou-se a língua por todo o imenso território, e a rigor só se encontram dois dialetos, o caipira, obsolescente e difuso, e o nordestino. Pode-se caminhar mil quilómetros em território brasileiro sem se notar diferença maior na fala coloquial, coisa evidentemente impossível de acontecer na terra onde se formou o idioma.

Com a língua românica, o português, recebemos um modo de sentir, de interpretar e de expressar, uma semântica específica, tomada a palavra no seu mais lato sentido.

Tivemos aberta para nós uma literatura pautada pelos valores cristãos e ocidentais; formamos uma literatura própria, mas com o mesmo espírito.

A unidade de língua é imagem e instrumento da impressionante e quase milagrosa unidade nacional, tão contrastante com a pulverização da América Espanhola.

3. Do português recebemos também a boa predisposição de convivência racial. Brancos, pretos e indígenas aqui têm convívio, aqui se têm misturado amplamente, o que faz que o Brasil seja o maior laboratório de caldeamento étnico do mundo e da história. É uma população policrômica, a viver descontraída, sem conflitos, sem preconceitos de cor.

O que ainda existe em relação ao negro e ao mulato é antes segregação social, com obscuras raízes na escravidão. Não existe racismo, no sentido próprio. Ogerizas e preconceitos serão pessoais, não sociais. Todos os matizes epidérmicos se sentem bem aqui: basta observar um veículo de transporte colectivo.

A imigração estrangeira, do século passado e deste século, de europeus e asiáticos, não alterou o quadro. Recebemos todos bem, e eles trabalham, vivem tranquilos, deixam descendência absolutamente assimilada, que entra no grande caldeirão racial.

Não falta quem maldiga os reis e capitães-mores portugueses, que nos levaram ouro e diamantes das Gerais. Nem, como atrás disse, quem estenda a maldição

à própria colonização portuguesa. Mas é atitude materialista, de um materialismo rasteiro. Muito mais que as arrobas de ouro e os quilates de diamante vale a palavra do Evangelho aqui pregada e pegada, vale a bela e plástica língua românica, vale esse ecumenismo étnico que tanto nos honra. Se os reis levaram riquezas materiais, eles mesmos e, principalmente, os missionários e os «miúdos», sempre os portugueses, nos legaram riquezas que não têm preço, porque são de outra natureza, são espirituais.

IMPREGNAÇÕES NA CULTURA MATERIAL

Muito numerosas e profundas são as impregnações portuguesas nos aspectos visíveis e materiais da cultura. Talvez neste sector sejam até mais avassaladoras do que nos outros. Pelo menos é a conclusão de uma respeitável autoridade, Afonso Arinos de Melo Franco:

«O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não sòmente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído, mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isso mesmo, os elementos negros e índios presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação» (10).

Está tudo expresso aí nesta síntese de um livro notável e fundamental, mas há que exemplificar com alguns casos, para que se tenham elementos pessoais de convicção.

Gostaríamos, pois, de lembrar que a presença portuguesa se faz sentir muito nítida na igreja, na casa e no tipo de aglomeramento urbano.

As nossas velhas cidades, de Minas, de Goiás, da Baía, do Estado do Rio, de todo o Nordeste têm a mesma fisionomia das aldeias, vilas e cidades, sobretudo do norte de Portugal. São ruas sinuosas e apertadas, trepando pela colina e convergindo no largo, onde se acha a matriz e o edifício da Câmara, hoje Prefeitura. Quando a ladeira é íngreme, as casas se escoram umas nas outras. Atrás um terreno, com a horta, plantada de legumes e árvores frutíferas. Se for plano o terreno, as casas se distanciam com graciosa dissimetria.

Agrava a sensação o estilo da igreja, bonita ou feia, rica ou pobre. Torres acrescentadas a uma casa senhorial ou apalaçada, janelas de residência civil,

---

(10) *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, Publicações do SPHAN, Rio, 1944, p. 24

com vidraças de guilhotina e vidros emoldurados em pequenos rectângulos, no interior tribunas a dar para a nave ou para a capela-mor, à maneira de sacada, mesmo retábulo, degraus empilhados a servir de supedâneo para o santo-orago...

Acrescentaremos uma palavra sobre a casa. Em Portugal e aqui, do mesmo feitio: pesadamente assentada no chão, pé-direito alto (ou baixo, se é pobre), beiral simples ou com cimalhas, telha de canal (chamada também «telha portuguesa»), sacadas, se há sobrado, cobertura de duas ou de quatro águas, conforme a categoria, puxado... por fora e por dentro substancialmente a mesma coisa, inclusive com idêntico material. Refiro-me, é claro, à casa antiga, àquela que nos ficou na memória da infância, e que faz terem tanta aceitação as telas de José Paulo Moreira da Fonseca. E lembro o renascente gosto pelo azulejo, que amplamente ornamentou o Brasil colonial, como se patenteia no exaustivo livro de Santos Simões, *A Azulejaria Portuguesa no Brasil.*

Em suma, a herança portuguesa é fundamental e foi exemplar, modeladora.



Já é truísmo proclamar a decadência do Ocidente. Não no sentido do livro famoso de Spengler, cujo título é precisamente este *Der Untergang des Abendlandes*, mas como desintegração e negação dos valores herdados, elaborados e prezados.

Vivemos uma das grandes encruzilhadas da História. Talvez a maior, ressalvado o erro de perspectiva e de apreciação que consiste em considerar indiscutìvelmente mais forte a dor do momento.

Esta nossa civilização ocidental, nascida da fusão íntima e dinâmica de três elementos básicos — o pensamento grego, a organização romana e a espiritualidade judaico-cristã — esta esplêndida cultura ameaça ruína iminente.

Estamos sob a acção de forças destruidoras, altamente potencializadas pelos modernos meios de comunicação de massa, e desgraçadamente atuantes, pela aceitação alegre dos atingidos.

Há uma campanha sistemática de desmoralização da família, de meretrização da mulher, de «compreensão» e até exaltação de anomalias sexuais, de negação do princípio de autoridade, de derrisão de respeito, de amoralismo recomendado, de ateísmo militante.

É um terrível paradoxo, só explicável pelo mistério do Pecado Original. O homem do Ocidente levou séculos e séculos a decantar, a depurar uma cultura, a policiar-se, a elevar-se para, atingido um planalto, empregar seus mais assíduos esforços em atirar-se pelo despenhadeiro e abismar-se no caos.

É o que se observa nos países ditos líderes. Nos Estados Unidos tranquilamente se instala uma filosofia do conforto como *suprema ratio* da vida e, recentemente, foi absolvido o aborto. Na França, como se viu em Maio de 68, a juven-

tude das escolas superiores veio para as ruas da capital pretendendo aniquilar o seu país, porque lhe foi negada licença para pecar amplamente, oficialmente, universitàriamente. E quase soçobrou a grande nação, sob o camartelo dos vociferantes do «é proibido proibir». Na Holanda, em Amsterdão, reúnem-se os «hippies» da Europa, ostentando uma soltura de costumes, que os assemelha a cães e cadelas em época de cio, com a diferença que esses subprodutos do pior burguesismo não estão sujeitos aos ciclos biológicos dos canídeos. Na Inglaterra, segundo nos deu a conhecer aqui o P.e Bastos de Ávila, quatro milhões de jovens se estiolam com psicotrópicos, são consumidores de «bolinhas». Em Copenhague se acaba de levar a efeito, com grande afluência de fregueses e com a presença de jornais e televisão dos paíss «adiantados», uma até então impensável Feira da Pornografia, talvez já realizada, nas priscas eras, em Sodoma e Gomorra.

Pela América e pela Europa ecoa um brado: Abaixo o pai! Morra o Governo! Abaixo o Papa! Deus está morto!

Ora, não há sociedade, não há nação, não há Estado que assim possa subsistir! Não valem tanques, nem exércitos, nem marinhas, nem aviões, nem arsenais atómicos.

A destruição vem de dentro, é endógena, parte da alma.

Contemplando esse triste espectáculo, assalta-nos uma angústia semelhante àquela que invadiu a alma do grande Santo Agostinho, quando os vândalos lhe sitiavam a sede episcopal. Pareceu-lhe finda a civilização, supôs para sempre perdidas as conquistas de Roma, a herança grega e os primeiros efeitos do recente cristianismo nos costumes dos povos. E chorou de ver desmoronar o belo edifício, que, sem o saber, ajudara a construir.

Mil e quinhentos anos depois nos vemos também quase afogados. Apenas, temos maior experiência histórica... e temos Santo Agostinho, que ele não tinha.

Neste soçobrar de tudo, sinceramente só vejo uma esperança temporal, só diviso um ponto de apoio para a recuperação e salvação do Ocidente: as reservas espirituais da área cultural luso-brasileira.

Aqui se guardaram alguns antídotos capazes de evitar a morte. Um inegável desdém pela riqueza material, certo ascetismo como que inato, um forte sentimento de família, que transborda do grupo natural, para a família extensa, para a ampla família multifuncional, patriarcal, espécie de clã, temperado de discreta influência feminina e cimentado pelo culto das tradições do grupo — *mores patrum*. Acrescente-se a permanente disponibilidade, o gosto de servir, a natural solidariedade, o respeito pela personalidade do outro, a preferência pelas soluções de harmonia e entendimento, a cordialidade, a hospitalidade, numa palavra, isso que tenho chamado de humanismo vivo e vivido.

Sem qualquer ufanismo — de que me considero vacinado — digo que o Brasil realmente tem dado lições ao mundo. Fê-lo recentemente, quando as mulheres do povo em Belo Horizonte, terço na mão esquerda e sombrinha na direita, im-

pediram lá um comício subversivo de Leonel Brizola, o que foi indiscutível prelúdio e estímulo da Revolução de 64. Fê-lo repetidas vezes no passado, quando preferiu resolver pela arbitragem suas pendências de fronteira, à diferença de outros povos, que as têm resolvido pela guerra ou pela ocupação.

Portugal é odiado declaradamente pelo seu «colonialismo», mas *realmente* porque não tem permitido, em seu território, a medrança do maior inimigo da civilização ocidental, o marxismo. Basta ver que condenam o «colonialismo» português exactamente os partidários ou simpatizantes do neo-colonialismo soviético, incorporador de dezanove oprimidas nações a seu império tzarista, hoje estendido da linha Oder-Neisse ao Oceano Pacífico.

Em Portugal também se conserva atuante uma velha virtude, banida, chasqueada e vilipendiada pelos «contestadores», o *respeito*. Respeito pelas pessoas, respeito pelas coisas, respeito pelas hierarquias, respeito por certos valores absolutos.

Eu iria longe, se quisesse analisar e minudenciar. Continue cada qual por conta própria, com ânimo desapaixonado e espírito objectivo.



Aceite a tese, há que partir para uma tomada de consciência nacional. Há que mobilizar recursos e técnicas da chamada «comunicação social», para que esses dois povos da mesma língua e traços culturais comuns descubram que guardaram valores altos, sintam que devem prezá-los encarecidamente e jamais deles envergonhar-se como se fora atraso, ou empecilho ao progresso, ou sinal de subdesenvolvimento.

É minha convicção: assim como foram os povos de língua inglesa, com seus valores de democracia, que no conflito de 1939, salvaram da barbárie nazista o mundo, serão agora brasileiros e portugueses os que poderão evitar a catástrofe final nesta guerra multifária e sem quartel desencadeada pelos novos e piores vândalos contra a verdadeira *civilização* ocidental.

Ouso afirmar, com a força de quem interiormente não hesita nem duvida, que a História propõe esse desafio aos homens responsáveis de Portugal e do Brasil.

Não serão as superpotências, não serão as nações outrora líderes e agora traidoras do espírito quem poderá impedir a aversão, mas os povos que não adoraram o bezerro de ouro e que teimaram em acreditar na perenidade de certas pequenas coisas, como aquele ténue fio de Chesterton, que liga as colinas de ontem às invisíveis montanhas do amanhã.